



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Chefes de Gabinete
Secretário Regional da Presidência
Diretores Regionais
Inspetores Regionais

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência
Circular/DROAP/2020/20

Data
2020-05-13

**ASSUNTO: RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNO N.º 123/2020, DE 4 DE MAIO
– SITUAÇÕES ESPECIAIS DE PROTEÇÃO**

A Resolução do Conselho de Governo n.º 123/2020, de 4 de maio, aprovou o «Roteiro da Região Autónoma dos Açores “Critérios Para Uma Saída Segura da Pandemia COVID-19”», estabelecendo um conjunto de regras e medidas que os Açores se comprometem a seguir no processo de saída da situação da pandemia do COVID-19.

Com estas medidas visa-se assegurar a continuidade da prestação de serviços públicos em justo equilíbrio com a proteção da saúde dos trabalhadores e dos seus direitos.

Assim, encarrega-me o senhor Vice-Presidente de transmitir as seguintes orientações aos serviços e organismos da administração pública regional:

1- Pela Resolução do Conselho de Governo n.º 123/2020, de 4 de maio, foi determinada a manutenção do regime de teletrabalho em todos os casos em que isso seja possível, em especial nos casos dos trabalhadores com mais de sessenta anos de idade, dos que sejam portadores de doenças crónicas, e de grávidas;

2- Relativamente a estas situações determina-se que:

- a) Aos trabalhadores, com sessenta ou mais de anos de idade, que requeiram a realização das suas funções em regime de teletrabalho, ou, quando este se revele inviável, no seu domicílio mediante a incorporação do conceito de “transferência do posto de trabalho para o domicílio do trabalhador”, o mesmo não pode ser recusado pelo dirigente máximo do serviço;

Na resposta mencione, sempre, o nosso n.º Circular/DROAP/202020/20



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

b) De igual forma, o pedido do trabalhador de realização das suas funções em regime de teletrabalho, ou, quando este seja inviável, no seu domicílio mediante a incorporação do conceito de “transferência do posto de trabalho para o domicílio do trabalhador”, não pode ser recusado, pelo dirigente máximo do serviço, às trabalhadoras grávidas e aos trabalhadores com menos de 60 anos de idade que sofram de patologias oncológicas, cardíacas ou respiratórias ou outras patologias devidamente comprovadas por declaração médica que ateste, em todas estas situações, a condição de saúde do trabalhador que justifique a sua especial proteção.

3- Esta circular não se aplica aos serviços de saúde e de proteção civil, sem prejuízo de as respetivas tutelas tomarem as providências que entenderem adequadas nesta matéria.. atendendo às necessidades essenciais da população que estes serviços prosseguem.

4-Competirá às empresas públicas que compõem o setor público empresarial regional, em articulação com a respetiva tutela operacional, tomar as medidas consideradas adequadas nesta matéria.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos